

# ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: COMO PERNAMBUCO SE TORNOU O MELHOR DO BRASIL?

Múcio Arruda Rocha<sup>1</sup>

## RESUMO

Tomou-se por base as políticas públicas de educação no Brasil, com o objetivo de situar suas configurações e reconfigurações nos contextos da qualidade educacional, de responsabilidades e instrumentos da ação pública federativa no setor, e de políticas da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco. O eixo da análise é o processo da educação básica e sua qualidade, no bojo da concepção de políticas públicas como fluxos de decisões e ações em que se interpõe a autoridade do Estado, para o setor educação, analisando a configuração institucional do Estado e da organização da educação. Como as políticas públicas envolvem a alocação autorizada de valores para toda a sociedade, com os governos escolhendo o que querem fazer ou não fazer, na área da educação foram criadas 186.968 escolas de ensino básico até 2018 (INEP, 2018). Nesse contexto, foi criado em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como indicador de qualidade educacional que reúne os resultados de dois conceitos: o Fluxo Escolar e as Médias de Desempenho nas Avaliações. É calculado a partir da Taxa de Rendimento Escolar (aprovação, reprovação e abandono) e Médias de Desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os dados sobre aprovação escolar são obtidos no Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho nos municípios advêm da Prova Brasil e, nos Estados, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esse modo de olhar esteve presente no planejamento do estudo bibliográfico e documental realizado, assim como está presente ao longo do texto. Expõe os cenários que influenciam ou alicerçam as *policies* da educação e sua qualidade: elementos de contexto, indicadores de escolarização da população; e instrumentos de governo na educação, com ênfase na qualidade. Compusemos um quadro descritivo de políticas públicas recentes de abrangência estadual e de escopo das ações da Secretaria de educação do Estado de Pernambuco, agrupando-as em vetores da ação pública na educação, relativos às seguintes garantias: acesso e permanência, além das condições de qualidade. Ressaltamos ainda desafios da intervenção pública na educação.

**Palavra Chave:** Qualidade Educacional, IDEB; IDEPE; INEP; SAEB.

## INTRODUÇÃO

Quase tudo pode ser objeto de avaliação, constituindo a avaliação das aprendizagens uma parte da avaliação do sistema educativo (NEVO, 1990). Tyler (1949), considerado o pai da avaliação educacional, encara a avaliação como a comparação constante entre os resultados dos alunos, ou o seu desempenho e objetivos, previamente definidos. A avaliação é, assim, o processo de determinação da extensão com que os objetivos educacionais se realizam. Bloom, Hastings e

---

<sup>1</sup> Graduando em Administração Pública - Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia — UFRPE. E-mail: mucio.arruda18@gmail.com

Artigo apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Administração Pública, sob orientação do Prof. Jorge da Silva Correia Neto. Recife, 2019.

Madaus (1971) apontam três tipos de avaliação: preparação inicial para a aprendizagem (diagnóstica); verificação da existência de dificuldades por parte do aluno durante a aprendizagem (formativa); e controle sobre o atingimento dos objetivos fixados (certificativa).

Também Noizet e Caverni (1985) e Cardinet (1993) se referem à avaliação como um processo de verificação de objetivos, em que a produção escolar dos alunos é comparada a um modelo. Para o último autor, o processo de avaliação contribui para a eficácia do ensino porque consiste na observação e interpretação dos seus efeitos. No limite, permite orientar as decisões necessárias ao bom funcionamento da escola.

De Ketele (1993) referencia, também, a avaliação ao processo de verificação de objetivos previamente definidos. Segundo este autor, é no próprio processo de ensino-aprendizagem que surge a avaliação, funcionando como um mecanismo que verifica se os objetivos pretendidos são efetivamente atingidos. Atribuindo um papel importante na avaliação à descrição do processo, Stufflebeam (1985) refere que é preciso, primeiro, identificar as necessidades educacionais e só depois elaborar programas de avaliação centrados no processo educativo para que seja possível aperfeiçoar este processo. O modelo C.I.P.P., proposto por este autor, procura definir a avaliação como um processo racional onde existe um contexto (C), uma entrada ou *input* (I), um processo (P) e um produto (P). A informação recolhida com a avaliação permite aos agentes educativos reunirem dados para decidirem subsequentemente. Para além da verificação de objetivos, Scriven (1967) considera que na avaliação há uma descrição com um julgamento, ou seja, são apreciados os objetivos de ensino. Este autor foi o primeiro a definir os conceitos de avaliação formativa e somática. Opinião semelhante à de Scriven têm Guba e Lincoln (1981), que consideram que a avaliação resulta de uma combinação entre uma descrição e um julgamento. Trata-se de recolher informação e de proceder a um juízo de valor, muitas vezes, com o sentido de conduzir a uma tomada de decisão (MIRAS; SOLÉ, 1992).

Entende-se, hoje, que a avaliação é uma atividade subjetiva, envolvendo mais do que medir, a atribuição de um valor de acordo com critérios que envolvem diversos problemas técnicos e éticos. Com o objetivo de caracterizar a avaliação, Natriello (1987) elaborou um modelo explicativo constituído por oito fases: numa primeira fase, são definidos os objetivos da avaliação, respondendo às funções genéricas da avaliação, a saber: certificação, seleção, orientação e motivação; na segunda fase, as tarefas de aprendizagem são atribuídas aos alunos e estes percebem o que se espera do seu desempenho. Na terceira fase, definem-se os critérios para o desempenho dos alunos, sendo o rendimento, geralmente, aceite como critério comum a todos os sistemas de avaliação. Na quarta fase, são definidos os padrões para o desempenho dos alunos, com a indicação do respectivo nível a atingir. Os critérios podem referenciar-se à norma, ao critério ou ao nível de consecução do indivíduo em relação a si próprio. Na quinta fase, recolhem-se informações parciais, referentes ao desempenho dos alunos nas tarefas e os resultados desses desempenhos e, na sexta fase, é apreciada a informação relativa ao desempenho dos alunos, de acordo com critérios pré-estabelecidos. Na sétima fase, o resultado da avaliação é comunicado a todos os intervenientes, é o *feedback*, que este autor considera como uma fase distinta na avaliação e, finalmente, na oitava e última fase dá-se a monitorização dos resultados da avaliação, estabelecendo-se novamente objetivos e iniciando-se um novo ciclo com o retorno à fase inicial.

Procurando diferenciar as diferentes modalidades de avaliação com maior divulgação é comum referirem-se diversos critérios, clássicos, de agrupamento:

objetos e domínios da avaliação, objetivos da avaliação, sistemas de referência da avaliação, regularidade da avaliação, momento da avaliação, protagonistas da avaliação, nível de explicitação da avaliação, comunicação da avaliação, entre outros.

Os objetos de avaliação podem ser as instituições, as políticas educativas, os professores, os programas, a aprendizagem e a própria avaliação (meta-avaliação). Na presente pesquisa, só estará fora do foco da investigação a meta-avaliação.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) brasileiro é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala. Por meio de provas e questionários, o Saeb permite avaliar a qualidade da educação brasileira, oferecendo subsídios para o monitoramento, a elaboração e o aprimoramento de políticas públicas com base em evidências (INEP, 2018). O Censo Escolar é outra ferramenta fundamental para que os atores educacionais possam compreender a situação educacional do país, das unidades federativas, dos municípios e do Distrito Federal, bem como das escolas e, com isso, acompanhar a efetividade das políticas públicas (INEP, 2018).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou na Prova Brasil (outro instrumento avaliativo do Saeb), o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema (INEP, 2018).

O IDEB deve ser um importante condutor de Políticas Públicas em prol da qualidade da educação. É também uma ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, especialmente por que o IDEB tem estabelecido, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um Sistema Educacional de Qualidade comparável a dos países desenvolvidos (INEP, 2018).

O IDEB amplia as possibilidades de mobilidade da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. Como vários Estados brasileiros vêm buscando melhorar seu desempenho na educação, escolhemos o caso do Estado de Pernambuco para análise e reflexão, tendo em vista que ele se tornou, em 2018, o Estado com melhor IDEB, num crescimento significativo entre 2015 e 2018. A partir desse contexto emergiu a seguinte questão de pesquisa: como Pernambuco se tornou o melhor do Brasil em 2018?

A partir desse questionamento a pesquisa traçou como objetivo geral analisar as ações pedagógicas da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE-PE) e seus instrumentos para o aumento da qualidade do ensino básico. A partir daí foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) identificar as novas práticas pedagógicas na SEE-PE que mais podem ter contribuído para o aumento do IDEB do Estado; ii) analisar as parcerias para o desenvolvimento de projetos educacionais no Estado, em especial os de caráter inovador.

O projeto se justifica por duas perspectivas: a acadêmica e a de gestão pública. Do ponto de vista acadêmico, tem importância fundamental para a melhoria educacional, já que sintetiza a proficiência em leitura e matemática dos estudantes,

média na Prova Brasil, e Taxa de Aprovação. Assim como aponta Rey (2016), por meio dele conseguimos saber que em 2016 o abismo entre as escolas públicas e particulares é menor do que nunca, mas é porque a educação privada piorou. Além disso, como já apontavam Almeida, Dalben e Freitas (2013), subdimensionar a influência dos fatores externos na composição desse indicador para analisar o desempenho escolar pode enviesar muitas das análises dessa política pública.

Isso tudo denota que o IDEB precisa passar por revisões, inclusive das próprias metas estipuladas com as escolas, mas tal como ele é hoje, já gera debates e tentativas de melhorias por parte dos gestores. Segundo Pieri (2016), muitas secretarias ainda não têm corpo de gestão, têm sérias dificuldades, mas já é significativo terem a oportunidade de olhar para seus resultados.

O presente artigo está estruturado em cinco seções, além desta Introdução. Na seção 1 são apresentadas as referências teóricas que ampararam a investigação, enquanto a seção 2 descreveu os procedimentos metodológicos utilizados para realizar a pesquisa. A seção 3 apresenta os resultados obtidos e a última seção faz as considerações finais.

## **1. REFERÊNCIAS TEÓRICAS**

### **1.1 Políticas Públicas de Educação – os desafios da avaliação**

Lima e D'ascenzi (2014) afirma que a implementação de políticas públicas vem recebendo cada vez mais atenção por parte do sistema político, das burocracias e dos grupos sociais, dadas as demandas cada vez mais amplas e complexas da sociedade, juntamente a uma mudança recente de perspectiva na relação do desenho da política e o sucesso desta. Setores especializados em monitoramento e avaliação de políticas públicas surgem ora como necessidade do ciclo de planejamento e gestão, ora como fatores essenciais para legitimação de políticas. Os Ministérios da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social constituíram estratégias distintas para a montagem de suas estruturas especializadas (PAES-SOUSA; HELLMANN, 2013). É competência do Conselho Nacional de Educação (CNE) formular, avaliar e acompanhar a implementação da política nacional de educação. Dividido em duas câmaras de educação (básica e superior), é constituído por especialistas do setor, contando com presença dos secretários das áreas respectivas tratadas nas câmaras.

A responsabilidade pela educação escolar é compartilhada pelos três níveis governamentais, observando-se as respectivas prioridades e competências. Entre os instrumentos da ação pública na área, ressaltamos a oferta (provisão de serviços), o planejamento, a regulamentação e a avaliação da educação. Em cada um deles, há preceitos normativos de responsabilidades próprias de cada esfera de governo, assim como de interdependência. A responsabilidade pela oferta de educação escolar é compartilhada pelos três níveis governamentais, com prioridades estabelecidas para cada um deles. A atuação prioritária dos municípios deve ser no ensino fundamental e na educação infantil, e a dos estados no ensino fundamental e médio. A União deve organizar e manter a rede federal de ensino e prestar assistência técnica e financeira aos estados e aos municípios, responsabilidade essa inserida em função redistributiva e supletiva para a garantia de equidade e de padrão mínimo de qualidade na oferta educacional (conforme o Art. 211 da Constituição da República). Tal responsabilidade pressupõe e implica a cooperação da União com os governos subnacionais, delimitada como um dever, estada em objetivos e funções explicitamente declarados (LASCOUMES; LE GALES, 2009).

A normatização da educação compreende, igualmente, dispositivos complementares aos preceitos constitucionais-legais e, portanto, à definição de instâncias com mandato deliberativo em termos de elaboração de normas para os sistemas de ensino e suas instituições. Na organização da educação nacional está instituído o CNE, que emite as diretrizes curriculares e acompanha o planejamento e a avaliação de todos os sistemas de ensino, além de exercer funções eminentemente regulatórias sobre o sistema federal de ensino. Os estados e municípios têm autonomia para a organização dos seus sistemas de ensino, inclusive no que diz respeito à atribuição de responsabilidade pela normatização da educação complementar à legislação. Em função da trajetória histórica da organização da educação no país, os órgãos normativos dos sistemas estaduais são os conselhos estaduais de educação. Os conselhos municipais de educação existem em inúmeros municípios; caso o município tenha sistema próprio, o conselho municipal é, em geral, o órgão normativo do sistema. Todavia, o processo de organização dos sistemas municipais de ensino, conforme as orientações atuais de gestão democrática, ainda resta inconcluso, sendo um dos focos da ação de assistência técnica da União, por exemplo com as ações que visam apoiar o fortalecimento das secretarias e dos conselhos municipais de educação no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) (BRASIL, 2010, 2012, 2013).

No campo da avaliação educacional, a possibilidade da associação da eficácia escolar a diferentes resultados oriundos dos exames baseados em testes padronizados é um problema, à medida que diferentes formas de medir levam a resultados diferentes, o que evidencia a fragilidade da elaboração de listas de ranqueamento desses resultados. De forma geral, reforça-se a indicação de que a eficácia da escola não pode ser avaliada por um único indicador, seja ele qual for, e que pensar no trabalho da escola, nas variáveis que o influenciam e, por consequência, na qualidade que ela oferta é, sem dúvida, tarefa árdua e complexa e que necessita se voltar a diversos aspectos, além do desempenho medido pelos testes aplicados aos alunos.

Quanto ao IDEB, nos chama a atenção a forma pela qual ele é apresentado (e divulgado) para a população, em que a escola aparece como única responsável pelo desempenho de seus alunos, sem qualquer vinculação à relação deste com seu entorno social, com a rede de ensino à qual pertence e com as políticas públicas às quais está, direta ou indiretamente, submetida, pois tal isolamento pode gerar a ideia de que a escola e seus profissionais são, sozinhos, responsáveis pelos resultados obtidos nas avaliações externas, induzindo de forma equivocada à ideia da perda da influência do entorno social e das políticas públicas sobre os resultados dessas avaliações, tendo como consequência a de responsabilização, de forma branda, do sistema educativo e social mais amplo sobre tais resultados (FREITAS, 2003).

Esse percurso é perigoso, pois acaba trazendo um movimento de responsabilização unidirecional da escola e de seus profissionais sem que a eles sejam dadas as condições objetivas de melhoria da qualidade do ensino ofertado à população. Como alerta Freitas (2003, p. 35),

Embora o Ideb seja um instrumento promissor para a análise das escolas como um dos indicadores a ser considerado em sua avaliação, não consegue, sozinho, ainda que abrangendo o NSE em seu delineamento, apreender a especificidade de cada uma das instituições analisadas ou sua eficácia, já que, por melhores que sejam as tecnologias utilizadas, sempre

estarão sujeitas aos limites do próprio instrumento, estando condenadas a ser uma pálida e imperfeita foto da realidade escolar.

## **1.2 Indicadores de qualidade do ensino básico**

Como apontava Fernandes (2007), o IDEB é de grande importância para o desenvolvimento da Educação Básica no Brasil. Em suma, um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem os estudos precocemente e a final de tudo, aprendessem.

O fator “desempenho” está associado ao aproveitamento cognitivo dos alunos, em especial em Língua Portuguesa e Matemática, e o fator “rendimento” ao fluxo escolar, determinado a partir da taxa de aprovação medida através da razão entre o tempo necessário para conclusão da etapa de escolarização e o tempo de duração efetivamente despendido para concluí-la. A pretensão do IDEB de sumarizar a qualidade de ensino oferecida a partir desses dois fatores não parece viável, já que é incapaz de refletir a realidade das instituições, não apenas pelo que o índice deixa de considerar, em especial o Nível Socioeconômico (NSE) da população atendida, mas também pela forma como mede esses aspectos, como bem descreve Soares (2011). Colaboram com essa visão trabalhos como os de César e Soares (2001), Ferrão e Fernandes (2001), Freitas (2004, 2007), Soares (2004) e Soares e Andrade (2006), que também problematizam esta questão ao evidenciarem que não podemos tomar a escola de forma isolada do seu contexto social.

Observando a influência das diferenças sociais dos alunos no desempenho escolar e conseqüentemente no trabalho desenvolvido pela escola e sua eficácia, encontra-se nas análises de Bourdieu (1998) outro fator importante: a questão cultural. Ele evidencia que, embora o aspecto econômico seja importante para a análise da questão, há também a dimensão cultural que, como um bem capaz de favorecer o desenvolvimento dos estudantes na escola, transforma-se em um tipo de capital que pode ser mobilizado para influenciar o sucesso escolar: aspecto que chamou de “capital cultural”. Pode-se concluir que a elaboração dos índices deveria considerar o contexto em que a escola realiza seu trabalho, já que o NSE dos alunos é a variável que mais se correlaciona com suas notas, tendo a maior parte de sua variabilidade explicada pelos fatores externos à escola (FREITAS, 2011), como também aponta Di Carlo (2010).

## **1.2 Instrumentos estruturais para oferta de um ensino de qualidade**

Como discorre Vieira (2001), a estrutura e o funcionamento de uma escola dizem respeito à organização do sistema escolar e à estrutura física dos prédios e demais instalações, tais como: bibliotecas, laboratórios, sala de aula, quadra, banheiro, etc. Por sua vez, em relação ao funcionamento, complementa o autor, depende de seus funcionários, professores, alunos, diretores, coordenadores, etc., mas para o bom funcionamento da escola é preciso também do compromisso de todos com a aprendizagem.

A busca de uma estrutura e um funcionamento pleno é um desafio permanente para os que trabalham para ofertar um ensino de qualidade. Entender a

relação entre a qualidade da escola e o aprendizado dos alunos, é um grande desafio e muitos estudos apresentam diversas diferenças metodológicas e de resultados. Em Hanushek (1986), Card e Kruger (1992a, 1994), Betts (1996), Heckman, Hanushek e Luque (2002) encontram-se exemplificações dos métodos utilizados e das contradições existentes entre os resultados obtidos no que diz respeito à importância da qualidade dos insumos escolares.

## 2. METODOLOGIA

Em termos de classificação da pesquisa, a mesma deve esclarecer sua natureza, sua forma de abordagem e sua estratégia metodológica.

Quando à sua natureza, a pesquisa é classicamente rotulada como exploratória, descritiva ou explicativa (GIL, 1999). A presente pesquisa é de natureza exploratória, pois visa elucidar conceitos e tem como ênfase a descoberta de ideias e um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva, o IDEB, como condutor / avaliador de políticas públicas em prol da qualidade da educação e como uma ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade (SELLTIZ, 1975).

Quanto às formas de abordagem, as pesquisas são normalmente classificadas como quantitativas ou qualitativas. O método de pesquisa quantitativo é conclusivo, e tem como objetivo quantificar um problema e entender a dimensão dele. Em suma, esse tipo de pesquisa fornece informações numéricas sobre o fenômeno em estudo. O método de pesquisa qualitativa é mais difícil de definir, mas de maneira simples, o foco dela é entender o fenômeno em estudo, ao invés de simplesmente medir. O método de pesquisa não apresenta resultados em números exatos, e a coleta de dados pode ser feita de maneiras variadas (FRANKENTHAL, 2016).

A presente pesquisa se utilizará de uma abordagem qualitativa. Ao conhecer, caracterizar, analisar e elaborar síntese sobre um objeto de pesquisa, o investigador dispõe atualmente de diversos instrumentos metodológicos. Sendo assim, o direcionamento do tipo de pesquisa que será empreendido dependerá de fatores como a natureza do objeto, o problema de pesquisa e a corrente de pensamento que guia o pesquisador. Goldenberg (2002, p. 14) sintetiza esse pensamento afirmando que “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”.

Nessa pesquisa também utilizaremos a pesquisa documental, pois o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justificam o seu uso. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas, entre outros (CELLARD, 2008).

Como apontava Oliveira (2007, p. 70), “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

### 3. RESULTADOS

3.1 Práticas pedagógicas e suas contribuições para o aumento do IDEB do Estado  
Como aponta o Balanço da Educação 2015-2018 (PERNAMBUCO b, 2019), principal documento utilizado por esta pesquisa, o Estado de Pernambuco fortaleceu suas políticas públicas educacionais e, hoje, se destaca nacionalmente. Com 410 escolas em tempo integral, sendo 366 Escolas de Referência e 44 Escolas Técnicas Estaduais - a maior rede do País -, o Estado colhe os bons frutos dos investimentos realizados, com os jovens se tornam protagonistas de suas escolhas de vida e sonhos.

Este fortalecimento das políticas públicas resultou em avanços marcantes. Se em 2007 ocupava a 21ª posição no IDEB, hoje comemora a conquista das primeiras posições no *ranking*. No Ensino Médio o resultado ainda não é o ideal, mas indica que se está no caminho certo e que com muito trabalho e aplicação de boas práticas na gestão pública, será possível avançar mais.

Pernambuco também foi o Estado que mais diminuiu a distorção idade-ano, melhorou o fluxo escolar e atingiu a menor taxa de abandono escolar, se consolidando como a escola mais atrativa do país. Dentre outras conquistas, liderou a lista de federações com bons resultados em aprovação no Ensino Médio, registrando a taxa de 92,6%. A Educação de Pernambuco deu exemplo de gestão, sendo duas vezes premiada com as Melhores Práticas no Prêmio Excelência em Competitividade.

Foram quatro anos de grandes conquistas e muitas alegrias, dentre elas a comemoração do Prêmio Gestão Escolar para a Região Nordeste entregue à escola Dário Gomes de Lima, no município de Flores, no Sertão, e a nomeação de mais de 3,6 mil professores aprovados no último concurso público para as escolas estaduais, o maior já realizado no Estado. Nesses quatro anos, a Secretaria de Educação fortaleceu a parceria com os municípios ao criar o Programa Educação Integrada, que vem ajudando a qualificar a Educação Infantil e Ensino Fundamental nas redes municipais, se tornando um modelo de regime de colaboração a ser expandido nos próximos anos.

Entre 2015 e 2018 as reuniões se consolidaram como etapa essencial do planejamento do ano letivo. A reunião de Pactuação de Metas é um dos momentos mais importantes do calendário anual da Secretaria de Educação do Estado. O encontro, que acontece entre a comitativa da pasta e gestores escolares de todas as 16 Gerências Regionais de Educação (GREs), oportuniza aprimorar metas que contribuem para o melhoramento dos índices e resultados da educação do Estado, além de compartilhar resultados e experiências exitosas. Desde 2013, a comitativa, sob o comando do secretário, realiza encontros anuais a fim de pontuar todos os avanços que a Educação de Pernambuco tem conquistado. As reuniões, que antes aconteciam nas sedes das Gerências Regionais de Educação, passaram a ser realizadas nas escolas da rede. “Esta opção, além de permitir que a equipe gerencial e técnica de cada região visite as escolas, possibilita maior integração com as unidades de ensino”, pontua o secretário. Ainda de acordo com Amancio, realizar as pactuações nas escolas oportuniza a troca de experiências com estudantes e professores. “A equipe conhece de perto a realidade das escolas. Nada melhor do que tratar das necessidades das unidades de ensino estando dentro delas”, completa. Durante o encontro, dividido em etapas, trata-se desde a apresentação dos resultados obtidos e metas a serem atingidas, ao andamento das demandas em comum das escolas da rede, a exemplo de infraestrutura, insumos pedagógicos e ferramentas como a Internet. Tudo isso com o intuito de melhorar ainda mais para o desempenho



educacional das unidades.

3.2 Analisar as parcerias para o desenvolvimento de projetos educacionais no Estado, em especial os de caráter inovador

O Prêmio Gestão Escolar é uma realização do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e tem como objetivo estimular a melhoria da gestão das escolas públicas por meio do reconhecimento de boas práticas, aprimoramento dos processos de gestão e promoção de ações que possibilitem a troca de experiências entre os gestores. O Prêmio Gestão Escolar incentiva, além da equipe gestora, professores, estudantes e comunidade escolar a melhorar cada vez mais a qualidade da educação que oferecemos e mostrar que somos, sim, capazes de fazer uma educação de qualidade em uma escola pública, mesmo no interior do Estado.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está prevista desde 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases. É uma exigência do Plano Nacional de Educação (PNE) junto às secretarias estaduais e o Ministério da Educação (MEC). A segunda versão do documento da BNCC contou com a participação de mais de 12 milhões de pessoas que contribuíram com a definição de objetivos de aprendizagem nas escolas. A BNCC será igual em todo o território nacional, mas vale salientar que haverá espaços para a grade curricular diferenciada de acordo com as particularidades de cada região. A fim de aprofundar os conhecimentos sobre o documento, contextualizar e complementar o acordo com o currículo estadual, a Secretaria de Educação de Pernambuco em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação de Pernambuco realizou o “Dia D” da BNCC. A primeira ação reuniu cerca de oito mil escolas – 481 da Rede Estadual – e mais de 10 mil professores. Nesta primeira fase, as análises e contribuições ocorreram em âmbito escolar. As demais se constituíram de seminários regional e estadual, com diferentes representatividades.

Para o Secretário de Educação, Fred Amancio, a BNCC é um documento que vai impactar na construção dos diversos currículos em todo o País. “É importante destacar que a base não é apenas uma decisão dos governos, seja ele municipal, estadual ou federal. Acima de tudo, ela representa uma luta histórica da educação do Brasil, que é a construção do Plano Nacional de Educação. O que cabe a nós nesse processo é participar para construir o melhor documento possível e contribuir para que a educação do nosso País avance” destacou.

Com base na BNCC, a Secretaria realizou diversos encontros e seminários para discutir o Currículo de Pernambuco. Em 2018, foi realizado o Seminário Estadual para conferir e validar a versão final do documento, elaborado com base em mais de oito mil contribuições de educadores e membros da sociedade civil. Ele irá nortear todos os segmentos envolvidos na educação infantil e no ensino fundamental do Estado. “Nós fomos um dos primeiros estados do Brasil a acreditar que é possível construir algo que ajude as escolas a estruturar seus currículos e projetos pedagógicos”, contou Amancio (2018).

A educação de Pernambuco se destacou nacionalmente no Prêmio Excelência em Competitividade dos Estados. O *ranking* apresenta a análise e capacidade competitiva de todos os estados brasileiros em 66 indicadores agrupados em dez pilares, entre eles capital humano, educação, infraestrutura, eficiência da máquina pública e potencial de mercado. Agraciado nos anos 2017 e 2018, Pernambuco foi destaque na categoria Boas Práticas com o Pacto Pela Educação e o Programa de Fortalecimento da Gestão Escolar, respectivamente.

O Pacto Pela Educação (PPE) é uma política estadual que objetiva a

melhoria da qualidade da educação, para todos e com equidade, abrangendo todas as escolas do Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio através do acompanhamento dos seus resultados por meio de indicadores, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o IDEPE (Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco), além das taxas de aprovação e abandono, frequência de estudantes e professores e participação das famílias. Vale ressaltar que o PPE, em 2016, recebeu do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o prêmio *Gestion para Resultados Del Desarrollo*, na categoria “Melhor Gestão para Resultados”, tendo concorrido com outras 35 iniciativas da América Latina e Caribe.

O Programa de Fortalecimento da Gestão Escolar, por sua vez, é uma iniciativa de eficiência com a finalidade de fortalecer a gestão das unidades de ensino. Utilizando uma metodologia sustentável de redução de custos, os recursos gerados no programa são investidos nas escolas para que tenham profissionais bem remunerados, ao mesmo tempo que organiza a gestão e incrementa as práticas de administração.

A Secretaria de Educação do Estado vem desenvolvendo políticas e programas de incentivo à educação que tem levado as notas de Pernambuco aos maiores patamares nos *rankings* de avaliação nacional. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Rede Estadual de Ensino mantém declínio do quantitativo de alunos matriculados que não concluíram o ano letivo. Os resultados são mostrados na avaliação da Taxa de Abandono Escolar, indicando que Pernambuco possui a rede mais atrativa de ensino médio do Brasil. Em 2014, o Estado apresentava o indicador de 3,5% e deu um salto para 1,5% em 2017. Com esse resultado, Pernambuco se mantém, há quatro anos, como referência nacional.

No Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), o Estado também alcançou excelentes resultados em todas as etapas de ensino e apresentou o maior aumento percentual já registrado no índice desde seu início, em 2008, atingindo nota 4,5 no Ensino Médio, 5,5 nos Anos Iniciais e 4,4 nos Anos Finais. No período de 2014 a 2017, o Ensino Médio registrou crescimento 18,42%, enquanto os Anos Iniciais e Finais cresceram 22,22% e 12,82%, respectivamente. A oferta sistemática de experiências inovadoras e o estímulo à inserção da tecnologia nas salas têm como principal objetivo tornar as escolas mais atrativas, e com isso, potencializar o aprendizado do estudante, refletindo diretamente nos resultados obtidos.

Desde 2015, a Secretaria de Educação do Estado (SEE) em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) promove o Seminário de Boas Práticas do Pacto pela Educação de Pernambuco, que tem como objetivo integrar os gestores de escola e a equipe técnica das Gerências Regionais de Educação (GRE) e proporcionar a troca de experiências exitosas sobre gestão educacional. Nesses quatro anos, foram realizados quatro eventos, envolvendo mais de dois mil profissionais de educação do Estado e 649 trabalhos.

Em 2018 o seminário, realizado com a IV Mostra Estadual de Boas Práticas em Gestão Escolar das Escolas Públicas, trabalhou os seguintes eixos temáticos: Gestão pedagógica: análise de resultados educacionais do Pacto Pela Educação (PPE); Gestão pedagógica: planejamento de ações pedagógicas; Gestão participativa: processos coletivos de decisões e ações; Gestão de Infraestrutura: administração de serviços e recursos.

Lançado em junho de 2016 pela Secretaria de Educação do Estado (SEE),

o Programa Educação Integrada tem como objetivo melhorar a qualidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental ofertado pelas redes municipais de educação. Desde então, a SEE vem realizando parcerias com instituições públicas e privadas conceituadas e comprometidas com a qualidade da educação pública, como o UNICEF, o Grupo Neoenergia, o Instituto Natura, o Instituto de Co-responsabilidade pela Educação (ICE), o Instituto Sonho Grande e Itaú Social.

A iniciativa prevê ações de apoio pedagógico, distribuição de kits e qualificação dos ambientes da Educação Infantil, fortalecimento das ações de alfabetização e a implantação de uma escola em tempo integral para os anos finais do Ensino Fundamental em cada município participante do Programa. Um dos eixos do programa é a formação de professores e gestores escolar. A intenção da ação visa capacitar e acompanhar professores e equipes de gestão escolar para atuação qualificada em cada etapa de ensino com foco pedagógico e gerencial, de modo a fortalecer a educação municipal. Durante esses três anos de intervenção, mais de mil profissionais foram beneficiados. Fomentou-se ainda formações continuadas e capacitações para novos docentes, a fim de garantir aos estudantes a melhor aprendizagem em sala de aula

A Secretaria de Educação de Pernambuco sempre visando fortalecer a carreira no estado contratou, de uma única vez, mais de 3,6 mil professores nos últimos quatro anos. Por meio de concurso, realizado e homologado em 2016, as escolas ganharam reforço dos docentes nas mais diversas áreas de ensino para atender a demanda que a rede pública estadual vem recebendo ao longo dos anos. Educação se faz no dia a dia de sala de aula e a gente só pode avançar com união”, ressalta o secretário de Educação Fred Amancio. O gestor reforça ainda a importância do papel do professor. “O ponto da conexão entre o estudante e a escola é o professor. Por isso convocamos esses profissionais com muita satisfação”, completa.

A Secretaria realizou, durante o período de 2015 a 2018, dezenas de formações continuadas, que tiveram como objetivo levar propostas pedagógicas e troca de experiências. Educadores de todos os componentes curriculares recebem, pelo menos, uma formação por ano (Língua Portuguesa e Matemática são prioridades nas atividades, tendo mais de seis formações anuais). Ao longo desses anos foram capacitados centenas de professores envolvendo as 16 Gerências Regionais de Educação (GRE) do Estado. Os professores das escolas com índices abaixo de 3,5 recebem um atendimento diferenciado na própria unidade de ensino. Dessa maneira, o formador tem o atendimento direcionado àquele grupo. O objetivo é identificar possíveis dificuldades em competências e exterminá-las, além de aprimorar técnicas de ensino. “Para que o estudante tenha uma boa relação ensino-aprendizagem é fundamental que o professor esteja atualizado e preparado. É preciso estar por dentro dos componentes de cada disciplina e competências trabalhadas em sala”, conta Ana Selva, secretária executiva de Desenvolvimento da Educação.

O Governo de Pernambuco, por meio da Secretaria de Educação, a fim de promover a valorização da aprendizagem e o bem-estar na sala de aula, vem realizando uma série de ampliações e construções de novos espaços, desde 2015, na Rede Estadual. Atuou na reconstrução de 27 escolas das redes estadual e municipal e promoveu a conclusão de outras 14 obras em todo o Estado. Nos últimos anos, além de parcerias inovadoras com foco nos avanços esperados, foi feito inúmeros investimentos em construção, reforma e ampliação de escolas; em construção de quadras cobertas nas unidades de todas as regiões do Estado, através do Programa Quadra Viva, que tem como finalidade a construção e a cobertura de quadras poliesportivas nas escolas da Rede. Em quatro anos, iniciativa beneficiou 80

unidades de ensino e conta com 46 equipamentos em construção. O programa visa estimular a prática esportiva, melhorar a estrutura da escola, oferecer mais conforto e comodidade para os estudantes e fazer do espaço um ambiente estimulante de atividades pedagógicas, culturais e sociais para toda a comunidade escolar e do entorno.

Em 10 de julho de 2008, o então governador do estado, Eduardo Campos, assinava a Lei Complementar 125, que criava o programa de Educação Integral. A partir disso, Pernambuco começou a instituir como política pública o ensino médio integral e técnico, bem como a oferta sistemática de experiências inovadoras e o estímulo à inserção da tecnologia nas salas de aulas, tornando as escolas mais atrativas e potencializando o aprendizado dos estudantes.

As escolas integrais do estado de Pernambuco têm dado uma importante contribuição no que diz respeito à elevação dos índices educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). É também notória a questão da participação dessas escolas na diminuição da taxa de abandono, pois são ofertadas escolas que são mais atrativas e, portanto, os jovens permanecem nas unidades escolares.

Realizado todos os anos e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Censo escolar é um levantamento de dados estatísticos que tem abrangência nacional. Escolas das redes estadual, municipal, federal e privada de todo o Estado preenchem os dados do Censo Escolar da Educação Básica do ano corrente. O processo é realizado pela internet, por meio do sistema Educa Censo, que funciona como um cadastro único de escolas, turmas, alunos e docentes na educação básica. Com os dados coletados é possível traçar políticas públicas em educação e organizar o repasse de recursos, além de servir como referência para a distribuição de merenda escolar e livros didáticos.

Lígia Alencar, coordenadora do Censo Escolar da educação básica em Pernambuco, considera a participação das escolas de extrema importância, já que os dados influenciam no funcionamento do sistema educacional. “O principal objetivo do Censo é ajudar na compreensão da situação educacional do nosso País com base nas informações declaradas pelos gestores, e com isso acompanhar a efetividade das políticas públicas. Além disso, as matrículas e dados escolares servem de base para repasse de recursos liberados pelo Governo Federal”, comentou.

Criado através da Lei nº 14.511, de 7 de dezembro de 2011, o programa de avaliação oftalmológica direcionada à comunidade escolar da Rede Estadual tem o objetivo de avaliar e prescrever óculos de correção de grau para crianças, adolescentes, docentes e demais funcionários das unidades de ensino. Desde 2012, o Boa Visão, realizado pela Secretaria de Saúde em parceria com a Secretaria de Educação do Estado (SEE), já visitou mais de 90 municípios, triando mais de 250 mil estudantes. Destes, mais de 35 mil já foram beneficiados com o Programa. “O Boa Visão é mais uma iniciativa do Governo de Pernambuco para melhorar o desempenho dos alunos em sala de aula. Com as consultas, é possível verificar os problemas oculares dos estudantes e oferecer os exames necessários para que seja feito o tratamento adequado para cada caso”, diz a coordenadora do Projeto Boa Visão na Secretaria Estadual de Saúde (SES), Mayra Ramos.

Os resultados obtidos mostram a existência de relações simultâneas com associações positivas as ações implementadas em diferentes níveis nas escolas (avaliação de desempenho, avaliação de aprendizagem, regularização de fluxo

escolar, certificação de dirigentes, plano de desenvolvimento da escola) com os quatro indicadores de eficiência por escola: taxas de aprovação, de repetência, de abandono e de evasão de alunos.

Também, foram identificadas as dificuldades existentes na relação entre qualidade e desempenho escolar, e entre elas destacam-se as relacionadas à representação da qualidade da escola. O objetivo é de reconhecer a importância da escola na aprendizagem dos alunos para defender, de forma geral, investimentos em educação tendo em vista que os recursos são cada vez mais escassos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No IDEB, que indica a qualidade educacional e representa o fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações, Pernambuco se mostrou destaque novamente, ficando à frente de grandes Estados como São Paulo, Bahia e Minas Gerais. No levantamento divulgado em 2015, o Estado apontou nota 3,9, enquanto no último desempenho publicado em 2018, referente ao IDEB 2017, subiu para 4,0. Em ambos os resultados, Pernambuco ficou acima da média nacional estabelecida pelo MEC. Com esse crescimento é possível traçar metas de qualidade educacional para os sistemas de enfoque pedagógicos, já que o indicador é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP.

A educação do Estado conseguiu melhorar indicadores não somente relacionados à atividade educacional, como também projetou Pernambuco como um ente federativo eficiente, que faz bom uso dos seus recursos.

Este estudo sugere que políticas educacionais e investimento em educação no Estado de Pernambuco, provavelmente, podem ter gerado avanços significativos no desempenho escolar e, por consequência, uma melhoria no IDEB.

Futuras pesquisas poderão aprofundar o estudo sobre quais elementos mais contribuíram para esse desempenho acima da média, tanto estudos quantitativos (fazendo correlações com outras variáveis econômicas e sociais) quanto estudos qualitativos, envolvendo professores e gestores das escolas que mais se destacaram.

#### 5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.C.; DALBEN, A.; FREITAS, L.C. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação & Sociedade**. Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, 2013. DOI: 10.1590/50101-73302013000400008.

BETTS, J. R. Is There a Link between School Inputs and Earnings? Fresh Scrutiny of Old Literature. In: G. BURTLESS (Ed.) **Does Money Matter? The Effect of School Resources on Student Achievement and Adults Success**. Washington, DC: Brooking Institution Press, p. 141-191, 1996.

BLOOM, B.; HASTINGS, J. T.; MADAUS, G. F. **Handbook on Formative and Summative Evaluation of Student Learning**. (Manual de Avaliação Formativa e Somativa do Aprendizado Escolar). New York: McGraw-Hill Book Company. S. Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1971.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Preceitos sobre a educação, na redação original e com a atualização dada pelas Emendas Constitucionais 14/96, 53/06, 59/09.

CARD, D.; KRUEGER, A. B. School Quality and Black –White Relative Earnings: A Direct Assessment. **Quarterly Journal of Economics**, v. 107, n. 1., p. 151-200. 1992.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARDINET, J. **Avaliar é Medir**. Rio Tinto: Edições Asa. 1993.

CELLARD, A. A. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos; análise documental**. Petrópolis: Vozes. 2008.

DI CARLO, M. **Teachers matter, but so do words**. Blog. July 14, 2010.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. **Effective Evaluation**. San Francisco: Jossey-Bass. 1981.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**, Brasília: Inep, 2007. 26 p.

FARENZENA, N.; LUCE, M. B. **Políticas Públicas de Educação no Brasil: Reconfigurações e Ambiguidades**. Rio Grande do Sul, UFRGS, 2014.

FELÍCIO, F.; FERNANDES, R. O Efeito da Qualidade da Escola Sobre o Desempenho Escolar: Uma Avaliação do Ensino Fundamental no Estado de São Paulo. **Anais... Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia**, 33, 2005, Salvador.

FREITAS, L. C. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo. **Anais... Anais do III Seminário De Educação Brasileira**, 3. Campinas: Cedes, 2011.

HANUSHEK, E. A.; LUQUE, J. A. **Efficiency and Equity in Schools around the World**. Mimeo, 2002.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portal**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb> Acesso em: 15 jan. 2019.

DE KETELE, J. M. (1993). Evaluation Conjuguée en Paradigmes. **Revue Française de Pédagogie**, v. 103, p. 59-80.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologie de l'acion publique**. Paris: Armand Colin, 2009.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas; *Revista de Sociologia e Política*, 2013 - [revistas.ufpr.br](http://revistas.ufpr.br).

MADEIRA, L. M. **Avaliação de Políticas Públicas**. Organizadora – Porto Alegre; UFRGS/CEGOV, 2014, 254p. il (Capacidade Estatal e Democracia).

MIRAS, N.; SOLÉ, I. La evaluación del aprendizaje y la evaluación en el proceso de enseñanza e aprendizaje. *Desarrollo psicológico y educación II. Psicología de la Educación*. Madrid. Alianza. 1992.

Natriello, G. The Impact of Evaluation Processes on Students. **Educational Psychologist**, v. 22, n. 2, p. 155-175. 1987.

NEVO, D. Role of the Evaluator. In: H. WALBER; G. HAERTEL (Ed.). **The International Encycloppedia of Educational Evaluation**. Oxford: Pergamon Press. p. 89-91. 1990.

NOIZET, G.; CAVERNI, J. **Psicologia da Avaliação Escolar**. Coimbra: Coimbra Editora. 1985.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração - Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO, 2011

PERNAMBUCO. Secretaria Estadual de Educação. **Portal da SEE/PE**. Disponível em: <http://www.educação.pe.gov.br/portal/> Acesso em: 15 jan. 2019.

PERNAMBUCO (b). Secretaria Estadual de Educação – Portal da SEE/PE. **Balanço da Educação 2015 | 2018**. Disponível em: <http://www.educação.pe.gov.br/portal/> Acesso em: 15 maio 2019.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

ROSADO, A.; SILVA, C. Conceitos básicos sobre avaliação das aprendizagens. **Pedagogia do Desporto–Estudos**, v. 6, 1999.

SANTOS, M. P. G. **Políticas Públicas**, 2ª ed. reimp. Florianópolis; Departamento de Ciência da Administração/ UFSC.

SCRIVEN, M. The Methodology of Evaluation. In: R. W. TYLER; R. M. GAGNÉ; M. SCRIVEN (Eds). **Perspectives of Curriculum Evaluation**, p. 39-83. AERA Monograph Series on Curriculum Evaluation (1). Chicago: Rand Mac Nally. 1967.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1974.

STUFFLEBEAM, D. Institutional Self-Evaluation. In: T. HUSEN; T. POSTLETHWAITE (Eds.). **International Encyclopedia of Education**. Oxford: Pergamon Press, 2534-2538. 1985.

TREINTA, F. T.; FARIAS FILHO, J. R.; SANT'ANNA, A. P.; RABELO, L. M. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Revista Produção**, v. 24, n. 3, p. 508-520, 2013.

TYLER, R. Basic Principles of Curriculum and Instruction. Chicago: University of Chicago. Porto Alegre: Globo. 1949.

VIDAL, E. M.; VIEIRA, L. S. Gestão Educacional e Resultados no Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 419-34, set./dez. 2011.